

HABEAS CORPUS Nº 522.631 - SP (2019/0212816-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DANIEL LEON BIALSKI E OUTROS
ADVOGADOS : DANIEL LEON BIALSKI - SP125000
GUILHERME PEREIRA GONZALEZ RUIZ MARTINS - SP246697
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GELSON GOMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. ART. 121, § 2.º, INCISOS I E IV, C.C. O ART. 29, DO CÓDIGO PENAL; ART. 121, § 2.º, INCISOS I E IV, C.C. O ART. 14, INCISO II, E ART. 29, DO CÓDIGO PENAL; ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL, C.C. OS ARTS. 1.º E SEQUINTE DA LEI N.º 9.034/1995; E ARTS. 12, 13 E 14 DA LEI N.º 6.368/1976, TUDO NA FORMA DO ART. 69 DO CÓDIGO PENAL. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA. PROCESSO DE DESAFORAMENTO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DEFESA PARA A SESSÃO DE JULGAMENTO. SÚMULA 712 DO STF. INCIDÊNCIA. PRECEDENTE. PEDIDO DE HABEAS CORPUS CONCEDIDO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GELSON GOMES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Desaforamento de Julgamento n.º 0027071-16.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2.º, incisos I e IV, c.c. o art. 29, do Código Penal; no art. 121, § 2.º, incisos I e IV, c.c. o art. 14, inciso II, e art. 29, do Código Penal; no art. 288, parágrafo único, do Código Penal, c.c. os arts 1.º e seguintes da Lei n.º 9.034/1995; e nos arts. 12, 13 e 14 da Lei n.º 6.368/1976, tudo na forma do art. 69 do Código Penal (fl. 125).

Conforme consta da sentença de pronúncia, o Paciente (fl. 52):

"[...] concorreu, de qualquer modo, para os crimes de homicídio e de tentativa de homicídio [...] pois, como líder da organização criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital ou 'PCC' na região de Jundiaí, forneceu um imóvel para a reunião em que os demais membros da facção foram informados das ordens de execução de policiais e demais autoridades públicas, bem como concordou e forneceu

apoio, físico e moral, ao cumprimento delas e, ainda, tentou dar-lhes pessoalmente cumprimento".

Em 13/06/2019, o Juiz de Direito da Vara do Júri e das Execuções Criminais da Comarca de Jundiaí, com base no art. 427 do Código de Processo Civil, representou à Corte *a quo* o desaforamento do julgamento pelo Tribunal do Júri do Processo n.º 0021049-39.2006.8.26.0309, sob a justificativa de que a Comarca *"não estaria dotada de estrutura suficiente para garantir aos acusados, aos jurados, às partes, aos advogados e à sociedade local a segurança necessária ao bom andamento dos trabalhos"* (fl. 147).

O Tribunal de origem, em 15/07/2019, com fundamento no art. 428 do Código de Processo Penal, determinou o desaforamento do julgamento do Paciente e de outros Acusados, a ser realizado no 1.º Tribunal do Júri da Capital, nos termos do acórdão de fls. 135-137.

No presente *writ*, os Impetrantes sustentam, em síntese, a ocorrência de cerceamento ao direito de defesa, sob o argumento de que *"não poderia julgar-se a representação pelo desaforamento sem a manifestação das partes, principalmente das Defesas dos diversos acusados"* (fl. 6).

Alegam, assim, a ocorrência de nulidade absoluta na espécie, invocando a Súmula n.º 712 do STF, segundo a qual *"[é] nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa"* (fl. 8).

Destacam que *"a Autoridade Coatora sequer intimou a Defesa acerca do julgamento"* (fl. 9) e que o art. 206 do Regimento Interno da Corte de origem *"preconiza no desaforamento a NECESSIDADE da manifestação da Defesa"* (fl. 10).

Requerem, liminarmente, a suspensão do feito até o julgamento do *writ*. No mérito, pleiteiam a concessão da ordem para *"anular o julgamento do desaforamento, determinando o seu refazimento, não sem antes permitir a manifestação da Defesa acerca dos termos evocados pelo Juízo de piso para deslocar a competência"* (fl. 15).

O Presidente desta Corte, mediante o despacho de fl. 144, solicitou informações ao Tribunal *a quo*, as quais foram prestadas às fls. 146-298.

A liminar foi indeferida pela decisão de fls. 301-303, na qual requisitei informações específicas à Corte *a quo*, as quais foram prestadas às fls. 309-310.

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 314-320, manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*, ou, se conhecido, pela denegação da ordem.

É o relatório.

Decido.

Consoante relatado, o Tribunal de origem, em 15/07/2019, com fundamento no art. 428 do Código de Processo Penal, determinou o desaforamento do julgamento do Paciente e de outros Acusados, a ser realizado no 1.º Tribunal do Júri da Capital, nos termos do acórdão de fls. 135-137.

Aduz a Defesa que não teria sido intimada acerca do aludido julgamento.

Verifica-se das informações prestadas às fls. 146-298, que o Relator do feito na origem determinou "*a remessa dos autos à Mesa, com urgência, para a sessão do dia 15 de julho seguinte, independentemente de publicação ou intimação, ocasião em que também foi disponibilizada no DJE a intimação das partes para manifestarem-se acerca de eventual oposição ao julgamento virtual*" (fl. 148).

Em novas informações, o Presidente da Seção de Direito Criminal da Corte *a quo* asseverou que "*não consta prévia manifestação da Defesa sobre o julgamento da representação pelo desaforamento*" (fl. 309).

Nesse contexto, mostra-se inafastável a incidência da Súmula n.º 712 do Supremo Tribunal Federal na espécie, de seguinte teor: "***É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa***".

A propósito, assim me manifestei quanto integrante da Quinta Turma desta Corte:

"[...]

4. O julgamento de pedido de desaforamento, contudo, deve ser precedido de manifestação da Defesa do acusado, sob pena de violação dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Precedentes do STJ. Incidência da Súmula 712/STF: 'É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do Júri sem audiência da defesa.'

"[...]

6. Ordem de habeas corpus não conhecida. Habeas corpus concedido, de ofício, para cassar o acórdão do Tribunal a quo que julgou o pedido de desaforamento formulado pelo Ministério Público, determinando novo julgamento após o transito em julgado da sentença

de pronúncia dos Pacientes e com a prévia intimação da Defesa." (HC 265.880/MA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 17/02/2014; grifos acrescidos.)

Trago, ainda, à colação, o seguinte precedente, recentemente prolatado pelo Ministro JORGE MUSSI:

"HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INCIDENTE DE DESAFORAMENTO. ACOLHIMENTO SEM A PRÉVIA OITIVA DA DEFESA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. COAÇÃO ILEGAL CONFIGURADA. CONCESSÃO DA ORDEM.

1. De acordo com o enunciado 712 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, 'é nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa'.

2. No caso dos autos, verifica-se que apenas o corréu se pronunciou no incidente de desaforamento, tendo a autoridade impetrada informado que o paciente não foi intimado para se manifestar quanto ao pleito ministerial de deslocamento da competência, o que enseja a anulação do aresto impugnado quanto a ele.

3. Ordem concedida para anular o julgamento do incidente de desaforamento apenas no que se refere ao paciente, determinando-se que outro seja realizado com a prévia oitiva da defesa." (HC 522.747/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 23/10/2019.)

Sobre a questão, confirmam-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: **HC n.º 519.017/SC**, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 06/09/2019; **HC n.º 463.123/PE**, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 16/05/2019; e **HC n.º 422.289/PR**, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe de 19/04/2018.

Assim, em se tratando de nulidade prontamente verificada, ante a efetiva ausência de intimação da Defesa do Paciente no Processo de Desaforamento, impõe-se a concessão da ordem.

Diante do exposto, **CONCEDO** a ordem de *habeas corpus* para cassar o acórdão impugnado que julgou o "*Desaforamento de Julgamento n.º 0027071-16.2019.8.26.0000*", determinando-se a realização de novo julgamento com a prévia intimação da Defesa do Paciente para se manifestar sobre o incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora